UMA CONVERSA SOBRE COMPETÊNCIAS

Este capítulo reproduz um diálogo entre a diretora-presidente da Comunidade Educativa CEDAC, Tereza Perez, idealizadora e coautora desta publicação, com Lino de Macedo, professor titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), assessor do Instituto Pensi e da Fundação José Luiz Egydio Setúbal, e especialista em Jean Piaget, com intervenções da jornalista Carolina Glycerio. Para ampliar a reflexão sobre a concepção de competência, suas formas de uso e repercussões no discurso e na prática pedagógica, os dois especialistas abordam os desafios de educar diante de um futuro incerto e a necessidade ética de garantirmos a **equidade** neste mundo mutante, em que cada um deve assumir a gestão da própria aprendizagem.

EQUIDADE

Trabalhar em busca da equidade significa adaptar as regras e as condições materiais e emocionais às necessidades e possibilidades de cada um, identificando o que é comum e o que é específico. É proporcionar ações diferenciadas em busca da igualdade de oportunidades e do direito de aprender, promovendo o desenvolvimento de todos com base em um repertório comum que se diversifica e se amplia conforme a necessidade de cada indivíduo que compõe o grupo.

◆ O papel da escola é gerar condições para que todos aprendam, e o da rede de ensino, possibilitar que as escolas contribuam significativamente para a aprendizagem das crianças e dos jovens. São conceitos próximos ao de equidade: dignidade, honestidade, honradez, imparcialidade, justiça.

Tereza Perez (TP): A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define competência como "a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho". Queria que você comentasse isso de maneira ainda bem abrangente, para depois tratarmos dessa abordagem segundo a BNCC.

Lino de Macedo (LM): De um jeito simplificado, eu separo competência de habilidade, comparando-as com um texto escrito. Competência é a frase toda, o texto inteiro. Habilidade refere-se aos verbos – por exemplo, "identificar", "antecipar", "ler", "substituir", "argumentar", "incluir"... A habilidade é o domínio desses verbos enquanto formas de procedimento, enquanto um "como fazer". Nesse sentido, pode-se pensar "ler" como competência ou como habilidade, de

acordo com o contexto. A habilidade diz respeito à leitura do enunciado para poder decidir sobre a melhor resposta. De outro lado, ler é uma forma de interpretar o mundo, de compreendê-lo. É uma competência, portanto. No computador, sabemos ler o que escrevemos ou o que está escrito na tela, mas nem sempre lemos, nem sempre sabemos traduzir em procedimentos o texto proposto pelo programa em suas diversas caixas. Por exemplo: se no aplicativo está escrito "inserir" imagem ou clip-art, nem todos sabemos como realizar isso na página que estamos escrevendo. Isso é difícil, pois se trata de traduzir uma leitura em um comportamento que expressa um saber fazer. Daí ser comum não utilizarmos todos os recursos previstos por um programa de computador, pois não sabemos recorrer a seus operadores.

Então, uma coisa é ler como habilidade, no sentido de saber interpretar ou atribuir significado, na prática, a procedimentos ou modos de realização, o que acontece quando procuramos o significado de uma palavra no dicionário. Outra coisa é a capacidade de leitura crítica do mundo, leitura de gestos, do momento ou do contexto, em suas diversas possibilidades de significação – temos dificuldade para ler contextos. Em síntese, habilidade significa, na prática, saber compreender e realizar termos identificados como verbos: "relacionar", "reconhecer", "comparar"... Quando dizemos "reconheça", o que o aluno entende e faz? No caso da leitura enquanto competência, importa considerar a relação entre as palavras, os conectivos que as vinculam de um modo ou de outro; importam o conteúdo e o contexto; importam quem lê e o que é lido.

TP: Sim, porque não é possível desenvolver habilidade e competência se não houver um conteúdo em determinado contexto.

LM: Exatamente. Então, por exemplo, habilidade é saber comparar. Quando comparamos, prestamos atenção a semelhanças e diferenças. Existem habilidades mais complexas, que envolvem muitos procedimentos, implicam seguir uma ordem, levar em conta objetivos ou metas a serem alcançados a médio ou longo

prazo, e outras mais simples. Usando novamente o exemplo do ler, podemos reduzir ler a identificar um sinal gráfico ou uma imagem ou, então, considerá-lo em um sentido sofisticado, que supõe a capacidade de interpretar, de criticar, de seguir uma argumentação ou de tirar uma conclusão. Por isso, há gradações tanto na extensão como na profundidade do uso das habilidades, no contexto de realização de um projeto pedagógico.

TP: A BNCC estabelece que as aprendizagens "devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento".

LM: O que é direito de aprendizagem? O que significa a palavra "direito"? Veja: se você pensa em uma perspectiva adulta, social, jurídica, direito implica, como contrapartida, deveres. Ou seja, nessa visão, quem tem direitos também tem deveres; ganhar um direito supõe, ao mesmo tempo, assumir responsabilidades. Mas o mesmo não ocorre quando consideramos a perspectiva das crianças, de seus processos de desenvolvimento ou de aprendizagem. Direito, nesse caso, significa necessidade. As crianças têm necessidade, por exemplo, de ganhar autodependência, isto é, de progressivamente tornar-se independentes dos cuidados dos adultos. Trata-se de sair da dependência externa e ganhar dependência interna. Por quê? A criança tem necessidades de desenvolvimento ou de aprendizagem. Quando novinha, é o adulto quem cuida ou quem a ajuda a cuidar de seu "xixi e cocô"; é ele quem lhe dá comida, zela por sua saúde, provê suas necessidades básicas. Crescer ou desenvolver-se, nesse caso, significa que a criança vai, pouco a pouco, aprendendo a cuidar de si mesma, a gerir suas necessidades. Daí que, segundo penso, direito de aprendizagem na perspectiva da criança é o mesmo que direito de ser suprida em suas necessidades e poder ganhar, paulatinamente, autonomia, ou seja, adquirir competências e habilidades para cuidar de si e recursos para conhecer os conteúdos ensinados na escola, aprender a conviver e respeitar os outros e a si mesma.

Dentre as necessidades ou direitos de aprendizagem de todas as crianças, hoje, está, para citar o mesmo exemplo do início desta conversa, saber ler e escrever. No século 19, não era necessário que todas as pessoas soubessem ler e escrever. Algumas, sim, e não por acaso aquelas que tinham liderança ou poder sobre as outras – mas não todas. E se considerava bom que elas não soubessem ler e escrever, pois isso aumentava sua dependência social e econômica em relação às que dominavam bem tais habilidades e competências. Hoje, porém, ler e escrever tornou-se uma necessidade, um direito de todas as pessoas, porque, em um mundo cada vez mais presidido por tecnologias oriundas do conhecimento científico, ler e escrever são, igualmente, necessidades individuais e sociais. Daí que a Educação Básica é uma necessidade social. Por quê? As profissões ganharam tal complexidade que, no mínimo, é preciso ter de uma boa Educação Básica. Trata-se de uma necessidade pessoal, tanto que você vê, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), pais interessados em que seus filhos aprendam, e eles mesmos também querendo aprender, porque sabem o preço que pagam por serem analfabetos.

TP: Gostaria de tratar agora do direito de aprendizagem e desenvolvimento. Por que aprendizagem e desenvolvimento e não só aprendizagem?

LM: É comum confundirmos aprendizagem com desenvolvimento. Desenvolvimento significa transformação de estrutura, ou seja, que a criança ou o adolescente dispõem agora de uma nova e mais potente maneira de compreender e realizar as coisas. Por exemplo, para aprender a ler e escrever minimamente bem, para se tornar um bom leitor, é preciso desenvolver uma nova estrutura de pensamento ou inteligência, entendendo por estrutura formas organizadas de se relacionar com o mundo. Desenvolvimento supõe mudança e integração de estruturas físicas, cognitivas, sociais ou emocionais, tem a ver com mudanças estruturais. Aprendizagem diz respeito a aquisição. Nesse sentido, é possível aprender muitas coisas, todas elas restritas a uma mesma estrutura. No entanto, dependendo do modo como se aprende, do contexto em que se aprende,

a aprendizagem pode influir nos processos de desenvolvimento, por prover ou exigir novas e melhores estruturas.

TP: Aprendizagem e desenvolvimento estão muito vinculados. Um não vive sem o outro?

LM: Sim, porém, como mencionado, é possível aprender muitas coisas sem mudar estruturas. É a tal história: alguns professores podem aprender muito sobre conteúdos da BNCC, mas manter a mesma estrutura didática anterior.

TP: Quer dizer, eu posso aprender muito, eu posso querer ensinar todas as habilidades, de modo explicativo, sem compreender que as habilidades precisam ser trabalhadas com foco no desenvolvimento de competências e não de maneira fragmentada... Se isso acontece, a BNCC não vai repercutir como se deseja.

LM: Eu aprendi habilidades, mas não desenvolvi novas competências. Por isso, competência tem função estruturante, integrativa; ela organiza como um todo ou como um sistema partes até então isoladas ou não relacionadas entre si. Não basta a um atacante ser habilidoso com a bola se na hora do jogo não converter isso em gol. Além disso, há jogadores de futebol ótimos do ponto de vista das habilidades com a bola, mas sem competência emocional, que se desestruturam diante de uma provocação em uma partida.

O direito de aprendizagem, então, é o direito de adquirir algo como um patrimônio, como uma conquista. Por isso, a aprendizagem dá poder, possibilita fazer ou saber coisas que, antes, não se faziam ou sabiam. O direito de desenvolvimento, por sua vez, é o direito como necessidade, o direito de se transformar, de tornar-se outro, talvez melhor do que antes. É o que acontece, em um sentido estrutural, com uma pessoa que agora sabe ler e escrever. Isso não significa que ela pode tudo, até porque tem consciência de suas limitações, de quanto consegue ir além ou mais fundo. A pessoa sabe o que lhe faz falta, sabe procurar ajuda.

Isso é competência de desenvolvimento, de dominar uma forma de se comunicar ou interagir com o mundo, com as outras pessoas ou consigo mesmo. Outra coisa, porém, é: "Agora eu aprendi como fazer isso". É por essa razão que desenvolvimento e aprendizagem são inter-relacionados, mas se referem a domínios diferentes. Desenvolvimento é mudança estrutural, e aprendizagem, aquisição.

Carolina Glycerio (CG): Por que hoje se dá tanta ênfase às habilidades socioemocionais?

LM: Por que são habilidades sociais? Porque se referem a trocas humanas, interpessoais: da criança com outras crianças, da criança com o professor, do professor com os colegas, do professor com os gestores, dos familiares entre si. Na escola, há um sistema de trocas interpessoais reguladas por hábitos, costumes, valores, regras permitidas, regras proibidas, expectativas e referências culturais. Nesse sentido, a escola sempre teve trocas sociais. Por que habilidades emocionais? Porque, nessas trocas, as emoções operam como formas de sensibilidade que as regulam. Alegria, tristeza, sentimento de confiança ou desconfiança, raiva, ressentimento, ciúme, baixa autoestima alteram nosso comportamento diante dos outros, das tarefas ou das situações. Essas respostas emocionais afetam nosso modo de lidar com conteúdo conceitual, avaliação, relações com pessoas e coisas. E a escola é um contexto muito farto em propor situações em que aspectos emocionais, positivos ou negativos, colorem nossa maneira de enfrentá-las. Mas, se isso esteve presente na escola, qual é o diferencial agora? É que antes a escola não era para todas as crianças e jovens e, mais que isso, pensava-se que essas habilidades sociais e emocionais deveriam ser aprendidas em casa, pois eram de responsabilidade da família, ou seja, eram consideradas um pré-requisito à aprendizagem dos conteúdos conceituais, estes, sim, responsabilidade da escola.

TP: A escola ainda hoje tem muita expectativa de que os pais resolvam absolutamente tudo.

LM: Ainda hoje, espera-se que as funções socioemocionais, as habilidades que caracterizam a competência para lidar com trocas e contextos sociais, sejam responsabilidade da família. Nesse sentido, a escola continua a ser elitista, isto é, escolhe ou prefere alunos que conseguem aprender conteúdos disciplinares e responder bem às complexas exigências da vida em comum, em uma instituição sofisticada e exigente. O problema é que, agora, como mencionado, todos têm direito à Educação Básica; agora, ela se tornou uma necessidade social. Como fazer com que alunos fracos ou desobedientes aprendam? Como torná-los fortes e participativos? Como não considerar as competências socioemocionais um pré-requisito, e sim algo a ser ensinado, aprendido e praticado na escola com o mesmo valor que se atribui ao domínio dos conteúdos disciplinares?

Isso significa que temos de superar essa divisão de responsabilidades, em que certos componentes curriculares (o desenvolvimento de competências socioemocionais, no caso) são responsabilidade da família, e outros (relativos ao domínio dos conteúdos ensinados nas disciplinas), responsabilidade da escola. Agora, aprendem-se ambos dentro e fora da escola. Agora, a escola é para todos, todos têm direitos, isto é, necessidades de aprender o que ela ensina. Agora, a escola promove a **Educação Inclusiva** e participativa, deve atender crianças e jovens "de A a Z" sob todos os pontos de vista, ou seja, independentemente de suas condições cognitivas, físicas, sociais, culturais e emocionais.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Inclusiva considera que os indivíduos têm singularidades advindas de suas condições sociais, emocionais, físicas e intelectuais e busca promover uma Educação regida pelo princípio da equidade, oferecendo às crianças e aos jovens ações diferenciadas de acordo com suas necessidades e possibilidades. ◆ É papel da escola gerar um ambiente em que todos aprendam com sentido e participem ativamente da sociedade.

Na escola, o gestor, o coordenador pedagógico e o professor assumem a responsabilidade de promover uma Educação integral e para todos. É tarefa difícil, complexa? Sim, mas esse é o desafio. Espera-se, por exemplo, que o coordenador pedagógico, além de suas funções com os docentes, faça a mediação da escola com a família, oriente-a a enfrentar os problemas com a criança. Aprender conteúdos disciplinares e formas de convivência com

os outros e consigo mesmo, tomar decisões, desenvolver pensamento crítico são, pois, agora, um problema ou uma tarefa de todos, a mídia incluída. Daí, por igual, a importância de os professores assumirem que o desenvolvimento de habilidades socioemocionais no contexto da aula é também um problema deles. O mesmo vale para o diretor. É fundamental, por exemplo, que ele saiba quais são os principais problemas de natureza socioemocional da escola: o *bullying*, o furto, a raiva, a competição exagerada, a submissão, a dificuldade de colocar ou defender pontos de vista? Como definir, observar, buscar estratégias de enfrentamento para cada um desses problemas?

Acrescente-se que, felizmente, vivemos um tempo em que, por direito, mulheres e crianças não estão mais subordinadas ao "homem" da casa ou da escola. Como todos, elas têm o direito de discordar, de expor seus pontos de vista, de argumentar, de pensar de modo diferente. Trata-se, portanto, de aprendermos a viver em um contexto de direitos iguais, em que a diversidade de pontos de vista e as possibilidades de pensar ou fazer hão de ser construídas e exercidas de maneira comum e democrática. Daí a importância de aprendermos sobre gestão de conflitos.

TP: As famílias também estão estruturadas de outros jeitos...

LM: Sim, e isso influencia a dinâmica da escola. Não é que antigamente não havia problemas ou questões socioemocionais, mas o que era, digamos, implícito agora está explícito e faz parte da pauta dos compromissos pedagógicos e curriculares.

TP: No contexto atual, educamos para o imponderável, já que não sabemos exatamente quais profissões existirão, as relações estão mudando, os saberes também...

LM: Isso me faz lembrar de algo muito importante, relacionado à mudança de orientação do papel da Educação Básica. Antes, tínhamos a escola primária, que preparava para o ginásio, que preparava para o ensino clássico ou científico,

que preparava para o curso superior. A escola tinha, então, a função de preparar para a escola seguinte. Acho que ainda temos em nosso "DNA" essa ideia de escola que prepara para a escola seguinte.

TP: É preciso preparar para a vida, não é mesmo?

LM: Sim, essa é a nova orientação das escolas da Educação Básica. Elas preparam para uma vida que segue, não mais apenas ou exclusivamente para a escola seguinte. Não sabemos quais profissões existirão; algumas não duram dez anos. E temos a influência do conhecimento científico na produção e no aperfeiçoamento de tecnologias e produtos. Por exemplo, na medicina, a tecnologia, os medicamentos, os recursos medicamentosos, os recursos técnicos mudam tanto e a uma velocidade tão grande que o médico precisa estar em formação e atualização constantes. O diagnóstico pode até ser o mesmo, mas a forma de tratamento é diferente, os desfechos são diferentes.

Há outro aspecto nessa ideia do preparar para a vida. O que significa hoje uma vida que segue? O passado, com seus conhecimentos e experiências acumulados e refletidos, não é mais o principal regulador do futuro. O futuro está aberto a muitas possibilidades de expressão. Como preparar crianças e jovens para esse futuro? Além disso, existem adversidades ou ocorrências de muitos tipos: acidentes que mudam formas de vida, tratamento de doenças que se tornam crônicas, pessoas que, graças aos cuidados humanos e aos recursos tecnológicos, não morrem de imediato e têm direito a uma vida digna e respeitável.

TP: Gosto muito de sua ideia de não estarmos restritos a um lugar, a determinado contexto. Nesse sentido, trabalhar por competências dá essa mobilidade no mundo, não dá?

LM: Isso mesmo, perfeito. Gostaria de comentar essa questão de dois modos. De um lado, a mobilidade, a possibilidade de crescer e ser educado em um lugar

e, depois, na fase adulta, trabalhar ou viver em outro convida-nos ao enfrentamento de um grande problema de gestão de recursos humanos e financeiros, bem como, ao mesmo tempo, de generosidade e pensamento universal. Eu, por exemplo, fui educado e me formei até o Ensino Superior no interior do estado de São Paulo, mas minha vida de adulto e tudo o que pude fazer nessa condição eu "ofereci" à cidade de São Paulo, pelo menos na maior parte das vezes. Em outras palavras, o interior investiu em minha formação escolar, e a capital desfrutou essa formação estando eu adulto. Para os mais jovens, tal questão está muito presente. Formam-se em uma cidade e vão trabalhar em outra; formam-se em um país e vão trabalhar em outro. Daí a importância de pensar a Educação de modo integrado, integral e íntegro. Não importa onde a pessoa esteja, deve receber o melhor e oferecer o melhor, isto é, o ótimo de suas possibilidades de servir ao mundo, aos outros e a si mesma.

De outro lado, ficando no aspecto pessoal, quero citar o exemplo de uma de minhas filhas, que se mudou para Nova York. Seus filhos foram criados em São Paulo. Eles tinham empregada, que pegava as roupas do chão, lavava, fazia comida, enfim cuidava da casa. Lá não há essas facilidades; eles precisam aprender a cozinhar, lavar, passar, cuidar de cachorro. Trata-se de aprender a viver em outra cultura, de rever hábitos, valores e formas de viver e se relacionar com os outros.

Temos também a novidade da cultura digital e as mudanças drásticas que precisamos aprender a enfrentar. Antigamente, por exemplo, um banco tinha muitos funcionários; hoje, tem cada vez menos, pois a cultura digital facilitou as transações com dinheiro e a realização de pagamentos. Coisas como essas simplificam o dia a dia, mas muitas pessoas ficam desempregadas e precisam aprender novas formas de trabalhar e viver. Por isso, o desenvolvimento de competências como criatividade, pensamento crítico, liberdade de escolha, tomada de decisão, flexibilidade, mobilidade é considerado tão importante e deve merecer a atenção da escola. Entende o que quero dizer? No banco estão demitindo funcionários, em casa seu dinheiro não é suficiente para pagar a empregada; aliás, máquinas

robotizadas a substituem, de maneira mais barata e eficiente. Por exemplo, fui à Espanha faz pouco tempo e na casa de um amigo em que fiquei havia um robozinho que varria o lugar; o trabalho de meu amigo era ligar e desligar o aparelho e retirar o lixo. Então, de um lado, isso é uma maravilha; a tecnologia substitui trabalhos humanos. De outro, pode-se fazer a pergunta: os humanos vão fazer o que nesse tempo livre? Se eles não tiverem competências e habilidades para uma vida que se torna, de repente, aberta a muitas possibilidades – droga, depressão, doença –, haverá um aumento muito maior da desigualdade social, da diferença entre os que têm possibilidades e os que não têm. A escola não pode ficar indiferente a esses problemas; é nela que haveremos de encontrar ou construir formas de enfrentamento dessas questões.

TP: Esse tempo livre também pode nos dar oportunidades de melhor interação, de melhor convívio...

LM: Tempo livre significa ler livros de que você gosta, passear, ser o *chef* de sua cozinha, conversar com amigos... Isso para os vencedores. Para os outros, quem sabe, é desemprego, depressão... Quer dizer, meu comentário é trágico, mas esse é o desenho do futuro. Por isso se fala muito de competência. Temos de empoderar crianças e jovens para esse mundo em que o lugar do trabalho humano está sendo modificado. Por exemplo, nos Estados Unidos, 95% das pessoas trabalhavam no meio rural no século 19. Hoje apenas 5% trabalham e produzem muito mais. Os 90% restantes vivem na cidade. Só que o emprego na cidade está mudando drasticamente, com as máquinas e os robôs ocupando, como já lembramos, o lugar das pessoas. Daí a importância de a escola valorizar as competências e as habilidades requeridas para esse novo mundo e dificultar o aumento da desigualdade social e econômica.

TP: A BNCC está pautada em competências, para serem desenvolvidas pelo sujeito ao longo de toda a Educação Básica. São competências absolutamente

maravilhosas; você lê e gostaria de ser aquela pessoa que está ali. Das competências gerais foram geradas as competências específicas de cada área e as de cada componente curricular, e nessas competências há a definição de habilidades colocadas também como direito de aprendizagem dos alunos. Eu gostaria que você comentasse um pouco sobre isso, por favor.

LM: Competência é um nome, em verdade, um conceito complexo, muito difícil de desenvolver, sobretudo quando se consideram todos os alunos. Trata-se de uma abstração a ser traduzida em práticas que resolvem problemas, tomam decisões, levando em conta o contexto, a capacidade das pessoas, as metas e os objetivos que buscam alcançar nas circunstâncias do mundo atual. Isto é, implica capacidades e habilidades, enfrentar situações e tarefas muitas vezes desconhecidas ou novas, agrupar de maneira diferenciada e integrada habilidades, atitudes, conceitos, valores, pessoas, prazos, planejamentos, riscos a correr. Sua resultante é o desenvolvimento da autonomia, da autogestão no sentido de autodependência, ou seja, cada um depende de si, conta consigo mesmo, mas, ao mesmo tempo, em um contexto coletivo, interdependente, que inclui ações individuais e coletivas. Contudo, não nos esqueçamos de algo que o professor Nilson José Machado gosta de destacar: as competências são pessoais, mas um "pessoal" inserido em um contexto coletivo, com projetos, prazos, tomadas de decisão e uma vida para ganhar ou manter sentido.

Existe uma situação, que penso pouco conversada, no tópico de competências. Porque uma coisa é desenvolver competências e aprender habilidades necessárias a sua manifestação; outra é a expressão das competências em um contexto tão complexo como a instituição escolar. Uma visão simplificada é que alunos desenvolvam competências e que professores e gestores as expressem bem nos diferentes desafios que encontram para ensinar e gerir. Espera-se, assim, que tenham habilidades aprendidas e competências desenvolvidas o suficiente para enfrentar com sucesso as demandas a que devem responder na escola. A realidade, porém, mostra que professores e gestores também precisam se formar

continuamente e desenvolver competências e habilidades para responder a problemas novos. Uma resposta conhecida nem sempre dá conta de um problema novo, sobretudo na sociedade atual. Daí a importância da formação continuada de professores e gestores, da valorização de seu trabalho em todos os sentidos. Não basta que o século 21 seja conhecido como o século da aprendizagem, das máquinas e robôs, ou seja, da "conquista" da inteligência artificial. A aprendizagem, hoje, também há de ser dos alunos, professores, gestores, famílias, políticos, enfim de todos aqueles implicados direta ou indiretamente com a necessidade do sucesso escolar. Essa aprendizagem significa aprendizagem de habilidades, e o desenvolvimento é das competências para um mundo que muda e para uma vida que segue e que tem o direito de seguir no ótimo de suas possibilidades, quaisquer que sejam elas.

TP: Você diz que o professor precisa de competência relacional. Pode comentar esse conceito?

LM: Não basta ao professor ter domínio conceitual ou competência transmissiva. Ele precisa desenvolver também competência relacional, ou seja, capacidade de conviver – e ser bem-sucedido – na **diversidade** ou heterogeneidade de situações com que depara na sala de aula. Daí a necessidade deste livro, de que nossa conversa faz parte. Espera-se que ele ajude professores e gestores a desenvolver e aprimorar suas competências, para que possam dar um presente com sentido a seus alunos, ao mesmo tempo que os preparam para um futuro em que, como adultos, terão novos e complexos problemas.

DIVERSIDADE

Respeitar a diversidade significa deixar de lado qualquer tipo de exclusão e discriminação, seja de origem física, étnica, cultural, de gênero, socioeconômica ou etária, e atuar pela igualdade considerando as diferenças. Reconhecer os direitos humanos e valorizar as diferenças são formas de desconstruir a desigualdade. ◆ Na escola, é necessário constatar que todos são diferentes e, assim, gerar transformações para que todos aprendam e criem um clima institucional inclusivo.

Um bom coordenador pedagógico, para mim, é também um bom gestor da aprendizagem de seus professores. Mas aprendizagem de quê? Eventualmente,

relativa a defasagens de ordem conceitual, de conhecimentos... e também aprendizagens ligadas às competências relacionais, aquelas que envolvem trocas entre pessoas em um contexto participativo, cooperativo.

TP: Uma das questões colocadas na BNCC é a da equidade. O convívio deve colocar o foco na equidade, o professor na sala de aula deve tratar todos os alunos de modo a favorecer que cada um desenvolva aquelas habilidades e aquelas competências. Mas nem sempre temos clareza do que significa equidade.

LM: Confunde-se equidade com igualdade. Equidade não é igualdade, mesmo na matemática. Equivalência não é igualdade. Veja: seis menos um, três mais dois, quatro mais um são todos equivalentes a cinco, em um cálculo aritmético simples, mas se chega ao mesmo resultado por caminhos diferentes. Uma coisa é eu ter seis, tirar um e chegar ao cinco; outra é eu ter dois e pôr três... Com isso quero dizer que o professor tem de trabalhar a diversidade dos alunos de maneira heterogênea, não homogênea. Heterogênea no seguinte sentido, por exemplo: há um aluno cujo problema é a baixa autoestima; ele tem dificuldade de se expor, tem medo, tem uma história abusiva, é pobre, não teve oportunidade... Outro é muito saidinho, muito arrogante, pretensioso, não suporta perder, foi criado como um reizinho em casa... Como lidar com essa diversidade de formas de expressão comportamental? Um tem transtorno; o outro, uma doença crônica...

Existe, portanto, uma diversidade de condições dos alunos: condições físicas, sociais, culturais, emocionais e conceituais. Não é pouco para o professor, e ele tem de ser gestor dessas diferenças. Então, equidade é, sem preconceito, sem ofensa, saber lidar com os alunos na diversidade das possibilidades do ser de cada um e das condições de atuação ou de expressão de cada um. Como ajudar um aluno arrogante? Dizendo: "Menos", "Espere a vez de falar", "Você tem razão, mas seu colega também tem um pouquinho". Por isso, acho muito significativa a palavra "gestor". Penso que o século 21 é o século da gestão. Como aprender a gerir nossas emoções? Como aprender a lidar com a raiva? Escrever, mudar o modo

de respirar, conversar, tentar compreender, dar um tempo? Porque, o contrário, infelizmente, tantas vezes observado, é dar um tiro, bater, xingar, ofender, prejudicar a si e ao outro. Trata-se, aqui, de uma gestão de sentimentos. Uma pessoa competente é, também, boa gestora do tempo – do tempo da aula, dos projetos, das metas a alcançar, da vida ainda por viver. Ela sabe esperar, fazer cálculos, antecipar, ponderar custos e benefícios, escolher o melhor caminho, errar, corrigir, compreender, perdoar, esquecer. Ela também é uma gestora do espaço, do contexto, das múltiplas possibilidades de relação entre as coisas, de suas posições e deslocamentos.

CG: Voltando à questão da dependência totalmente externa para a autogestão, você enxerga esse movimento na BNCC?

LM: Vamos imaginar uma criança de 9 anos. Do ponto de vista de muitos assuntos, ela já tem autogestão, é autodependente: sabe cuidar do próprio corpo, ler e escrever – ou ao menos assim se espera. Mas, do ponto de vista financeiro, por exemplo, ela depende dos pais ou do Estado. Depende, considerando como exemplo a cidade de São Paulo, de seu pai, mãe ou outra pessoa para levá-la e trazê-la da escola, que fica longe de sua casa, e ela ainda não tem independência em sua mobilidade urbana. Penso que a BNCC leva em conta esses movimentos, pois gradua no espaço e no tempo as aprendizagens dos alunos ao longo de seu processo de escolarização.

CG: A BNCC dá um caminho ou uma luz para o professor que quer contribuir para esse ganho de autonomia do aluno em sua trajetória escolar?

LM: Penso que sim. Tomemos como exemplo a roda de conversa, uma estratégia pedagógica que os professores utilizam da Educação Infantil ao Ensino Médio. A estrutura, a gestão e o manejo de uma roda de conversa quando a criança tem 2 anos de idade são muito diferentes do contexto de uma assembleia com alunos

do Ensino Médio. Nesse caso, trata-se de favorecer a discussão ou a reflexão com base em hipóteses, pensamento crítico, apreciação das atitudes tomadas no contexto e do que é o melhor a fazer, de pôr em votação, de encontrar formas de explicação, de assumir responsabilidades.

TP: A BNCC indica habilidades progressivas ao longo dos anos com vistas ao desenvolvimento de competências. Um enfoque nesse processo está no "aprender a aprender".

LM: A BNCC prevê o "aprender a aprender". É um assunto complicado, porque penso que não sabemos ao certo o que significa isso. Dizer, por exemplo, que pertencemos à cultura digital não significa que sabemos tudo sobre ela, mas pode significar que sabemos pedir ajuda, que sabemos o que nos falta. Aprender a aprender, parece-me, tem o mesmo sentido de tornar-se gestor do próprio processo de aprendizagem ou desenvolvimento. Isso não quer dizer que se sabe tudo, e sim que se quer e se busca incessantemente superar, amenizar ou compreender a ignorância em um mundo onde é impossível e indesejável saber tudo. Uma coisa, então, é aprendizagem ou aquisição tendo o meio externo como fonte principal. Outra é ser ou se tornar um gestor desse processo. É isso que se espera que alcancem os alunos do Ensino Médio, que saibam lidar com informações, que utilizem a tecnologia digital com discernimento e que valorizem o que é benéfico para eles, para os outros e para a sustentabilidade de nossos recursos. É querer muito? Talvez, mas não custa sonhar e batalhar com o melhor de nós em favor disso.

CG: Como fazer para chegar ao Ensino Médio sabendo fazer isso?

LM: Muitas vezes, falamos mal do Ensino Médio, esquecidos de que ele é o fim de um processo (a Educação Básica como direito de todos), sobretudo para a maioria de nossa população de adolescentes. Concluí-lo bem supõe ações planejadas,

intencionais, um contexto favorável, capacidades condizentes para aprender o que lá se ensina. Um dos problemas é que muitos alunos vão acumulando defasagens, ficando para trás. Não basta estar matriculado no 6º ano se o aluno não sabe os conteúdos relativos ao 3º e, para complicar, tem interesses e necessidades próprias de um jovem ou adolescente, e não de uma criança de 9 anos. Enfrentar essa realidade é desesperador não só para os docentes, como também para os alunos.

Por isso, uma escola comprometida com o desenvolvimento de competências deve ter recursos para enfrentar e superar essas questões, deve aprender a ter recursos compensatórios. Por exemplo, gosto da estratégia de organizar a classe de modo que os que sabem mais possam ajudar os que sabem menos; gosto da ideia de pensar a escola em uma perspectiva integral, em que ela faz parte da sociedade e oferece o melhor de si em favor de um presente e um futuro, quem sabe, melhores para todos.